40 anos CPT

VOZ DA TERRA

EDIÇÃO ESPECIAL

Comissão Pastoral da Terra / RS - Novembro 2016

EDITORIAL

40 anos de Romaria da Terra no RS: Annoni síbolo de uma conquista

Prezados/as romeiros/as da terra!

É a 40ª vez que deixamos nossos lares, nossas comunidades, nosso chão para partir em Romaria. É o santuário da terra que nos atrai. É Deus Pai Criador que nos envia e nos convoca. Ele deseja que os pequenos e humildes se unam numa só causa e num só caminhar em prol da justiça.

São 40 anos de Romarias da Terra. Alcançamos a plena maturidade. Somente o que está próximo e íntimo do Projeto de Deus e da vida do seu Povo é que tem vida longa. Depois de 40 anos, continuamos sendo um ponto de união e celebração dos povos da terra rio-grandense.

Os motivos que dão vida longa à Romaria da Terra: Estar no Plano do Deus libertador; seguir a inspiração divina e a sensibilidade de seu Povo; unir fé militante e causa social; inspirar-se na força do Espírito Santo transformador; trabalhar e refletir as causas pertinentes do Povo de Deus; acreditar firmemente na juventude; resgatar valores e culturas autóctones; acreditar e construir um projeto que seja bom para todos os filhos de Deus; ser coerente com as necessidades do povo da terra e o trabalho da CPT; ter a sensibilidade solidária com os simples e oprimidos do campo e com suas causas; somos parte integrante das lutas sociais e populares.

Vamos voltar à Fazenda Anonni. Ali está um símbolo da luta, da organização e da fé de um Povo que não se intimida diante dos poderes deste mundo. Ali perto está também o símbolo da Encruzilhada Natalino. Ali estão os assentamentos da Reforma Agrária. Ali estão comunidades, cooperativas, produção agroecológica, organização, administrações populares e participativas...

A 40ª Romaria da Terra é um acontecimento alternativo ao Carnaval. Temos muito a ver, ouvir, conhecer, apalpar, celebrar, comemorar... É hora de reinventar o caminho.

Venha romeiro e romeira da terra! O santuário da terra é a FAZENDA ANONNI, aliás, foi! Agora é o ASSENTAMENTO FAZENDA ANONNI.

VIVA A 40ª ROMARIA DA TERRA!
VIVA O ROMEIRO E A ROMEIRA DA TERRA!

Bem vindos e bem vindas à 40ª Romaria da Terra

DOM RODOLFO LUÍS WEBER - ARCEBISPO DE PASSO FUNDO

A Arquidiocese de Passo Fundo acolhe calorosamente todos os romeiros e romeiras para a 40ª Romaria da Terra. A presença de vocês será uma alegria e uma bênção para nós. Muitas pessoas estão envolvidas no processo preparatório para que os objetivos da romaria sejam alcançados e todos se sintam bem.

São quarenta anos de romarias da terra. Já é um longo caminho percorrido. É necessário olhar para trás com um olhar de gratidão para ver o que está germinando, crescendo e também para colher os frutos. Mostrar, visibilizar esta caminhada é importante para toda a sociedade. Quarenta anos de romarias é também uma provocação para olhar criticamente o caminho percorrido. Alegrar-se com os acertos, festejar as vitórias e assumir a responsabilidade dos erros. Uma justa avaliação permite projetar o futuro.

A romaria como tal é expressão de uma realidade mais ampla, a questão da terra. Toda análise verdadeira do desenvolvimento histórico do mundo destacará a relevância da destinação da terra e seu uso. Visões diferentes se contrapõem, em muitas ocasiões, de forma conflitiva, até violenta. A Doutrina Social da Igreja Católica relaciona diretamente o bem comum com a destinação universal dos bens. "Deus deu a terra a todo gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém. Está aqui a raiz do destino universal dos bens da terra" (nº 171).

O lema "Terra de Deus, Terra de Irmãos" será um norte. A terra foi dada a todas as criaturas como um dom, um presente para o seu sustento e a geração da vida. Ninguém de nós é capaz de criar do nada um palmo de terra, mas somos capazes para cuidar, plantar e usar a terra. Se pensarmos bem, só conseguimos usar a terra porque existem todas as condições para fazermos isto: o solo, a luz, o calor, a água, as sementes. A nossa parte é corrigir o solo, plantar na época certa, escolher as melhores sementes e fazer as colheitas. Com São Francisco rezamos como ele rezou no seu "Cântico às Criaturas": "Louvado sejas meu Senhor, por nossa irmã e mãe terra que nos sustenta e governa e produz frutos diversos e coloridas flores e ervas".

Invocamos as bênçãos de Deus para que ele nos guie e ilumine no processo preparatório da 40ª Romaria da Terra, mas particularmente na sua realização. Que os nossos sentimentos e pensamentos, palavras e ações sejam reflexo da sua vontade e de seu projeto de vida sobre a destinação da terra e seu uso.

Também pedimos a intercessão, da Mãe de Deus e nossa mãe, Nossa Senhora Aparecida, padroeira da Arquidiocese de Passo Fundo, que nos ajude a compreender a vontade de seu Filho Jesus, nosso Senhor e libertador, para fazermos tudo o que Ele nos disser.

VOZ DA TERRA
EDIÇÃO ESPECIAL

VOZ DA TERRA é uma publicação da Comissão Pastoral da Terra do RS.
Rua Manoel Ferrador, 155, Passo das Pedras - 91320-370
Fone: (51) 3344.4415 - cptdors@gmail.com
www.cptdors@blogspot.com

40ª ROMARIA DA TERRA
Promoção:
Comissão Pastoral da Terra- CPT/RS

Apoio:
Adveniat
Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
Arquidicose de Passo Fundo
CNBB Sul 3
Equipe Subsídio 40ª RT:
Frei Wilson Dalagnol, Setor Comunicação e Direção Estadual do MST – RS, Jaqueline Bertoldo, Dom Rodolfo Luís Weber, Pe. Lauro Castelli,
PASCOM Passo Fundo, Jacques Távora Alfonsin, Frei Bruno Glaab, Vera Lucia Valerio.

Fotos: Arquivo CPT - RS , MST – RS e Daniel de Andrade Simões
Diagramação: Vivaldo Silva Souza
Impressão: Gráfica Editora Vale do Gravataí Ltda
Tiragem: 15 mil exemplares

Conhecendo a Arquidiocese de Passo Fundo

PASCOM ARQUIDIOCESE DE PASSO FUNDO

Primeiras comunidades

A presença de imigrantes europeus acentuou-se na região, desde o final do século XIX. As primeiras comunidades cristãs católicas que surgiram, entretanto, não são em meio a esta realidade. No tempo das missões jesuíticas, junto aos povos indígenas, na região denominada das Missões, a região de Passo Fundo encontrava-se dividida pela linha do Tratado de Tordesilhas, que separava o território português do espanhol. Nas proximidades da atual Passo Fundo, os jesuítas ergueram a Redução de Santa Tereza, que teve um período curto de existência. Foi justamente nesta região, na localidade ainda hoje denominada Campo do Meio, que surgiu em 1795, a primeira comunidade no território atual da arquidiocese de Passo Fundo, dedicada à Nossa Senhora da Imaculada Conceição. De um lado ficava o denominado "Mato Português" e do outro o "Mato Castelhano", hoje município.

Ao longo do caminho dos tropeiros e viandantes que passavam pela região do Planalto Médio e Alto Uruguai, foram se constituindo as vilas e comunidades. Somente a partir do ano de 1884 começam a surgir as comunidades na região de imigração italiana.

Criação da Diocese de Passo Fundo e elevação à Arquidiocese

A região que hoje integra a arquidiocese de Passo Fundo já pertenceu à Diocese do Rio de Janeiro. A partir do ano de 1848, com a criação da primeira diocese do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, a região de Passo Fundo passa a pertencer a ela. Em 1910 é criada a Diocese de Santa Maria – RS e a partir desta data, a maior parte da região da atual Arquidiocese é englobada por esta nova diocese.

Em 1951 é criada e instalada a Diocese de Passo Fundo, abrangendo toda a região de Passo Fundo e Erexim. Em 1971, Erexim desmembra-se de Passo Fundo e passa também a ser diocese. Durante o tempo, aconteceram algumas pequenas mudanças de território, como anexações ou cedências de paróquias, especialmente nos limites com as dioceses vizinhas de Frederico Westphalen e Cruz Alta. Em 13 de abril de 2011 o Papa Bento XVI concedeu à Passo Fundo a elevação para Arquidiocese, passando a ser sé metropolitana da Província Eclesiástica de mesmo nome e tendo como sufragâneas as dioceses de Vacaria, Frederico Westphalen e Erexim.

Realidade Atual

A Arquidiocese de Passo Fundo está localizada na região norte do Rio Grande do Sul, sendo formada por 53 paróquias que abrangem 47 municípios, divididos em 9 áreas pastorais. As paróquias urbanas contam com 82% da população e as rurais 18%. De acordo com o Censo de 2010, no total, possui uma população estimada em 507.833 pessoas, sendo majoritariamente de origem alemã, italiana, polonesa, afro-brasileira e indígena. Nos últimos anos estão chegando à região pessoas de outros países, principalmente do Haiti e Senegal.

A arquidiocese passa por um processo de esvaziamento populacional na zona rural e crescimento da população urbana, muitas vezes em situações de vida precária. Esta percepção sugere a necessidade de pensarmos caminhos diferenciados no processo de evangelização, pois a resposta a um grupo pode não contribuir para outro. Como discípulos missionários, temos a tarefa de ir ao encontro do outro em suas diversas realidades.

A situação dos imigrantes, especialmente senegaleses e haitianos, tem atenção especial da Igreja Local. Não podemos, diante da diversidade, assumir o viés da intolerância religiosa e cultural e do fundamentalismo. Esta tendência tem dificultado a formação de cristãos críticos que dialoguem com a sociedade e outros segmentos religiosos.

As crianças e os adolescentes estão mais expostos ao abandono, às drogas e a violência. A falta de oportunidades e perspectivas de futuro se agrava com a crise econômica. Em resposta a esse desafio há a necessidade de desenvolver uma pedagogia de formação integral que conquiste e envolva os jovens, para o amadurecimento da fé cristã e de um consequente compromisso com as diferentes realidades sociais.

Outra realidade que exige atenção da Igreja são os acampamentos indígenas, áreas indígenas e indígenas que vivem nos arredores das cidades de abrangência da arquidiocese. Os indígenas acampados estão reivindicando as terras de ocupação tradicional. Em alguns locais acentuam-se conflitos com não indígenas que atualmente ocupam essas terras. A Igreja como mãe, precisa lutar pela garantia dos direitos de ambos, que estão na Constituição Federal.

As comunidades quilombolas da região também passam por necessidades e junto com os indígenas, carecem de um apoio mais decisivo na luta por seus direitos, como sustenta o Documento de Aparecida: "como advogada da justiça e dos pobres, a Igreja se faz solidária aos afro-americanos nas reivindicações pela defesa de seus territórios, na afirmação de seus direitos, na cidadania, nos projetos próprios de desenvolvimento e consciência da negritude" (n. 533).

Atenção especial merecem também os assentamentos da reforma agrária que marcam a luta pela garantia da agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e permanência dos agricultores no campo. Existem diversas experiências de produção agroecológica, muitas apoiadas pela Igreja, que desafiam novas redes de produção e consumo de alimentos saudáveis.

Diante dessas realidades e de muitas outras, a arquidiocese está vivendo o 17º Plano da Ação Evangelizadora, que busca dar respostas, encontrar caminhos e alternativas para elas. A Romaria da Terra, que acontecerá em Pontão está dentro da proposta de uma Igreja misericordiosa e profética, a serviço da vida plena. É a quinta Romaria da Terra que arquidiocese de Passo Fundo acolhe e sem dúvida será um momento histórico de celebrar as conquistas e avançar ainda mais na construção do bem comum e do Reino de Deus.

consultadas: http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/ e 17º Plano da Ação Evangelizadora: 2016-2019

HISTÓRICO DA PARÓQUIA SANTO ANTÃO

PE. LAURO CASTELLI

O Decreto foi assinado no dia 08 de Fevereiro de 1997 por D. Urbano Jose Allgayer. Registrada no livro 08 da Diocese de Passo Fundo a criação da Paróquia Santo Antão no já então Município de Pontão/RS. A Paróquia Santo Antão foi desmembrada das Paróquias: S. José Operário da Vera Cruz de Passo Fundo, N. Sra. dos Navegantes de Ronda Alta, N. Sra. de Lourdes Sarandi e S. José de Carazinho. Constituindo-se uma Paróquia de 20 Comunidades do Interior e mais a Matriz totalizando 21 Comunidades. Destas Comunidades são fruto do Assentamento Fazenda Anonni 10 Comunidades. A Paróquia totalizava na criação mais ou menos 750 família Católicas. Só foi possível a decretação da formação da Paróquia Santo Antão em Pontão/RS devido o Assentamento das Famílias da Fazenda Anonni. Hoje tivemos um Acréscimo de uma comunidade pequena de Assentamento S. Pedro Tarumã - Sarandi, mas tivemos o fechamento de três Comunidades por serem muito pequenas e próximas a outras.

Pontão: caracterização geral do município

COLABORAÇÃO DE
VERA LUCIA VALERIO

A caracterização geral do município nos traz dados referentes aos seus aspectos geográficos, históricos, econômicos e socais.

Pontão é um município brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se a uma latitude 28º03'33" sul e a uma longitude 52º40'38" oeste, estando a uma altitude de 683 metros. Possui uma área de 524,35 km². Limita-se ao sul com o município de Passo Fundo, norte com os municípios de Ronda Alta e Sarandi, ao Leste com o município de Sertão, Quatro Irmãos, Ipiranga do Sul e Coxilha e ao Oeste com o município de Coqueiros do Sul.

Estudos realizados nos mostram que o território onde hoje situa-se o município de Pontão foi sempre marcado pela disputa da terra: paulistas e índios, proprietários e posseiros, acampados e latifundiários.

Com a Lei da Terra de 1850, a qual traz a legitimação de posses formou-se na região dois grandes latifúndios: a Fazenda do Cedro de propriedade do Coronel Barroso e a Fazenda Sarandi de propriedade do Capitão João Vergueiro.

Pontão, em 1894, era um povoado entre essas duas fazendas, situado na ponta da Fazenda Sarandi, que em 1906 foi vendida a Don José Lápido, Luiz Mourino e Júlio de Mailhos, uruguaios residentes em Montevidéu.

Fonte: Atlas 1

Em 1920 os Uruguaios, proprietários da Fazenda Sarandi doaram uma área de terra, onde estava localizado o povoado, para a construção de uma escola e de uma igreja, a qual foi escriturada a Prefeitura de Passo Fundo e transferida para a Prefeitura de Pontão, por ocasião de sua emancipação.

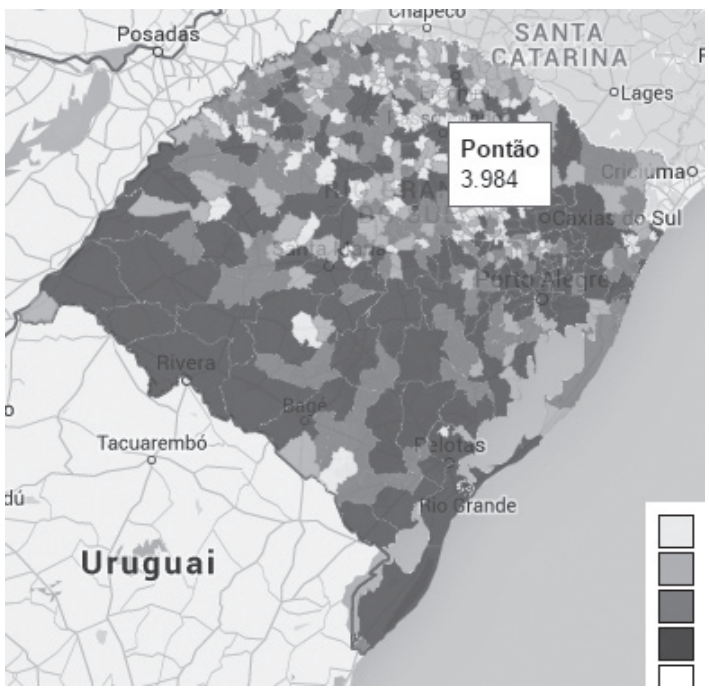
Com a desapropriação da Invernada do Butiá/Sagrisa, em 1971, com o objetivo de reassentar as famílias desalojadas na construção da barragem do Passo Real e mais tarde pela ocupação da Fazenda Anonni pelas famílias de agricultores sem-terra e a desapropriação da mesma, o aumento populacional de Pontão teve um grande crescimento, o que garantiu as condições populacionais necessárias para conquistar sua autonomia política administrativa, a qual foi concretizada com a Lei nº 9.604 de 20 de março de 1992, que cria o município de Pontão, formado por parte dos municípios de Passo Fundo, Carazinho, Ronda Alta e Sarandi.

Pontão era um antigo caminho onde passavam os Tropeiros que vinham da fronteira com destino a Sorocaba, São Paulo, com grades tropas de gado e de muares. Como o povoado localizava-se na ponta de mato servia como referência para os tropeiros se orientarem e era uma parada obrigatória para os mesmos, dando origem ao nome do município: Pontão de Mato, Pontão de Parada e posteriormente PONTÃO.

Segundo dados do IBGE 2010, o município possui uma população de 3.857 habitantes, com uma estimativa para o ano de 2014 de 3.984 habitantes.

Ano	Pontão	Rio Grande do Sul	Brasil
1991	-	9.138.670	146.825.475
1996	3.771	9.568.523	156.032.944
2000	3.904	10.187.798	169.799.170
2007	3.904	10.582.840	183.987.291
2010	3.857	10.693.929	190.755.799

Fonte: IBGE 1



Annoni: uma história de resistência e luta pela democratização da terra

Uma área com 9,3 mil hectares, capim e meia dúzia de cabeças de gado. Esta era a antiga fazenda Annoni, localizada no município de Pontão, na região Norte do Rio Grande do Sul, antes de ser ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na madrugada do dia 29 de outubro de 1985.

Conforme os assentados que fizeram parte da ocupação, o latifúndio tinha sido desapropriado em 1972 para assentar remanescentes da Hidrelétrica Passo Real, contudo, o processo entrou em morosidade na justiça. Treze anos depois, de forma organizada, mais de sete mil pessoas derrubaram as cercas do latifúndio e fizeram da Annoni um dos maiores acampamentos do MST no RS.

"A Annoni já tinha sido ocupada inúmeras vezes por pequenos grupos da região. Mas a polícia sempre os tirava de lá, muitas vezes sem ordem judicial. Em 1985, quando ocupamos, já tinha um pelotão policial que ficava permanentemente em cima da área para protegê-la contra as ocupações. Mas a ação do MST levou 1,5 mil famílias de 32 municípios, e eles não puderam nos tirar", lembra o assentado na Annoni, Mario Lill.

Nem todas as famílias que participaram da ocupação do latifúndio hoje moram no local. As primeiras saíram em julho de 1986 para serem assentadas em Eldorado do Sul, na Fazenda São Pedro. A definição de quem ficaria na Annoni ocorreu em 1990, mas as últimas famílias, que foram assentadas em outros lugares, saíram da fazenda somente dois anos depois.

O acampamento

Ari Pilatti, um dos ocupantes do latifúndio, conta que as famílias já estavam organizadas quando ocorreu a ocupação, o que contribuiu para a resistência do acampamento. "Foram mais de dois anos se organizando para fazer a ocupação. Já em cima da área, nós tínhamos os núcleos de base e constituímos os setores de saúde, alimentação, segurança, liturgia, entre outros. Até hoje nossa organização se mantêm assim, e tem grupos que permanecem trabalhando junto desde aquela época", relata.

A situação das famílias no acampamento era de extrema pobreza, lembra Lill, e as dificuldades existiam em todos os sentidos. "Nós dependíamos de doações de alimentos, muitas crianças morreram por desnutrição e anemia, e para ter acesso à saúde era uma guerra permanente. A estrada era de terra vermelha e nos dias de chuva não conseguíamos sair. Naquela época, no final da ditadura militar, não existia telefone e só tínhamos acesso às notícias quando saíamos do acampamento. Além disso, não havia negociação entre camponês e autoridades, e sofríamos muitas ameaças dos policiais, repressão, torturas e humilhação. Lá, haviam também infiltrados se passando de acampados, semeando brigas e discórdia", recorda.

A luta pela Annoni também se deu fora da fazenda. Foram realizadas várias marchas e ocupações que duraram meses no Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra) e Assembleia Legislativa do RS, a fim de pressionar o governo para desapropriar áreas para assentar famílias acampadas. Uma das marchas mais marcantes foi protagonizada por 350 Sem Terra, que saíram do acampamento na fazenda Annoni até Porto Alegre. "Durante a caminhada íamos debatendo com toda a sociedade sobre a reforma agrária, e quando chegamos na Capital já éramos 100 mil pessoas. O povo deitou na Praça da Matriz e disse que não sairia dali", conta Lill.

As ações realizadas pelo MST resultou na época a promessa de desapropriação de cinco áreas para assentar parte famílias. Mas, segundo a agricultora Juraci Lima, que também ocupou a antiga fazenda Annoni, não passou de promessa, e quando as famílias se organizavam para ir às áreas de reforma agrária o acampamento foi cercado por policiais. A solução foi continuar a luta pela terra. No município de Sarandi, os Sem Terra realizaram uma coletiva à imprensa para denunciar o cerco na fazenda Annoni. "Ninguém entrava ou saída do acampamento, estávamos todos cercados. Mas saímos escondidos e nos reagrupamos lá fora. Foi uma saída estratégica, assoprada ao pé do ouvido para cada companheiro", lembra Jora.

A luta pela democratização da terra na fazenda Annoni tombou a Sem Terra Roseli Nunes, mãe do médico Marcos Tiaraju. Além dela, outras dois pequenos agricultores foram atropelados num manifestação no trevo de Sarandi. "Rose dizia que era pra gente ajudar os agricultores de Rondinha na mobilização contra a política agrícola da época, que queria entregar a terra dos pequenos aos bancos. Ela era linha de frente, enfrentava, não tinha medo", diz Lill, lembrando que o desmanche do latifúndio também teve o apoio do parde Arnildo Fritzen.

A união e a força do povo foi o que mais marcou os Sem Terra. Lill refere-se aos anos de ocupação como um período de boas lutas. "Se precisasse fazer tudo de novo eu faria com o maior gosto", declara.

Os frutos da luta

Hoje, a antiga fazenda Annoni está dividida em sete comunidades, onde vivem 423 famílias. A maioria possui escola, ginásio de esportes, igreja e espaço de lazer. Uma delas sedia, ainda, um posto de saúde, com atendimento médico e odontológico. Porém, todas as famílias têm água encanada, saneamento básico e boas casas para morar. Tudo foi construído com muito suor e luta dos trabalhadores Sem Terra. "Hoje, todo mundo tá vivendo bem", emenda o assentado Pilatti.

A Annoni também se destaca na educação: os filhos dos assentados e assentadas podem estudar da educação inicial até a superior sem sair da área. Através do Instituto Educar, fundado há 11 anos, são oferecidos dois cursos: técnico em agropecuária com habilitação em agroecologia, integrado ao ensino médio, e o curso superior em Agronomia. Eles são realizados em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Sertão, e o Instituto Federal da Fronteira Sul.

Trabalho e renda

Trabalho e renda também são realidades na Annoni. No ano de 2006, atendendo demandas dos agricultores foi fundada a Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão Ltda (Cooperlat), que trabalha com industrialização e comercialização do leite, e envolve cerca de cem famílias Sem Terra e outras da região. Ela também atua na assistência técnica com uma equipe de veterinários e agrônomos para fomentar a produção de leite – hoje, a Cooperlat recolhe em média 200 mil litros ao mês. Além disso, faz a entrega de produtos ao Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE) em mais de 50 escolas dos municípios de Carazinho, Passo Fundo e Pontão. A cooperativa trabalha para criar uma indústria de queijos e bebidas lácteas.

Outra cooperativa, fruto da luta dos Sem Terra, é a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (Cooptar), fundada em 1990. Lá, quinze famílias trabalham na produção de embutidos e com vários cortes de carne, que é entregue para escolas e mercados da região. Hoje, o frigorífico tem abatedouro com capacidade de abater 100 cabeças de gado e 4 mil porcos ao mês. As famílias também produzem leite para a Cooperlat e adotaram como política interna a produção de alimentos para subsistência, onde o cultivo ocorre de maneira coletiva e cada um colhe, da horta ou pomar, o suficiente para se alimentar.

Segundo os assentados e assentadas, através das cooperativas e tudo o que foi construído em mais de três décadas de luta na antiga fazenda Annoni, os Sem Terra evitam a evasão rural, uma vez que além de estudo, há garantia de trabalho e renda para os jovens. "Estamos conseguindo incorporar a juventude, com carteira assinada, para que ela permaneça no campo", diz Ari.

Tem um casal de médicos que moram lá. Isso é motivo de muito orgulho. Tem 20 casas hoje na agrovila. A médica atua no município, com atendimento especial na Annoni, e ele acompanha o programa Mais Médicos no município de Palmeira das Missões para acompanhar a implantação do Hospital Público Regional.

O que representa

"Quando a gente pensa de onde viemos e onde estamos hoje, não tem o que nos deixa mais realizado. A Annoni representa mudança de vida, porque é deste pedaço de chão que tiramos nosso sustento para vivermos bem. Para mim, não há o que me deixa mais feliz. Tudo o que conquistamos foi através da organização, que nos deu uma lição de vida, com muita amizade, respeito e companheirismo", conta Ari.

O assentado Mário Lill complementa que a Annoni mostra que a luta pela terra vale a pena. "Ela é o exemplo de que a reforma agrária dá certo, seja do ponto de vista econômico ou social. O que construímos em coletivo é bonito demais e fazer parte dessa história nos dá um prazer sem tamanho. Ali, nós procuramos fazer do lugar onde moramos o melhor lugar do mundo para viver enquanto ser humano", concluiu Lill.

Setor Comunicação MST- RS

40 ANOS DE ROMARIAS DA TERRA

A profecia não pode calar: "Alto lá! Esta terra tem dono"

FREI WILSON DALLAGNOL – OFMCAP

A Romaria da Terra chega aos seus 40 anos como um acontecimento consolidado no calendário popular. Na vida do Povo de Deus do RS, trata-se de um carnaval que, na dança, denuncia e, na liturgia, profecia! A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é a grande protagonista e animadora desta Romaria. Alegra-se por contribuir com este evento social, político, econômico, religioso, eclesial e pastoral. Resgatar a história é motivo de alegria! Sentimo-nos desafiados a olhar com gratidão o passado, viver com alegria o presente, abraçar com esperanço o futuro! (Papa Francisco). Eis o que nos inspira como uma pastoral que caminha com o Povo de Deus e com as Igrejas ecumênicas.

A CPT no Brasil

Em (20 a 24) junho de 1975, do convite feito a todas as Igrejas particulares da Amazônia, resultou um encontro de mais de 60 pessoas... Ali decidimos criar um organismo ágil, apoiado pela CNBB, para interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam em pastoral popular junto a lavradores. Este organismo foi chamado, inicialmente, de Comissão da Terra... Por sugestão do presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheiter, esta Comissão passou a se chamar COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Ivo Poleto).

A CPT no RS

O Pe. João Schio é convidado a participar do Encontro de Goiânia (1975). No RS, vai fazendo contatos com agentes pastorais e lideranças, através do COM (Centro de Orientação Missionária – Caxias do Sul). São agentes da 1ª hora da CPT: Irmão Antônio Cechin, Pe. Milton Matias, Pe. Alex Klopenburg, Pe. Júlio Jordani, entre outros... A CPT-RS também surge, em 1975, propondo-se a mobilizar o pessoal Sem Terra; organizar um grupo de voluntários, agentes de pastoral de base, afim de levantar o problema da terra e criar forças; fazer estudos de grupo com o povo sobre a terra, vendo o que ela significa, por que alguns têm demais e outros não têm; organizar uma comissão de lideranças para representar o grande grupo e acionar a ação.

Romarias da Terra: Resgate e análise dos 40 anos

"Romaria da Terra faz o povo reunir, numa luta sem guerra, nós lutaremos por ti" (bis)

O percurso de 40 anos de Romarias da Terra vai desde o período da ditadura militar, onde eram suprimidos os direitos de liberdade e o estado de direito, até os tempos atuais, onde se quer suprimir direitos históricos, conquistas trabalhistas e previdenciárias e nada de muitos avanços na questão da Reforma Agrária. Mesmo assim, o Povo de Deus se reúne, insurge-se às armas, aos tanques, aos golpes. O grito e o clamor de Sepé Tiaraju sempre ecoou e ecoará pelo Rio Grande, não como um "mito", nem como uma lenda, mas como um mártir coletivo, um santo, com toda a causa e a luta dos povos oprimidos.

a) A causa indígena: O Santuário de Sepé Tiaraju – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 12ª, 15ª, 39ª Romarias

Por sugestão de D. Pedro Casaldáliga, em 1978, foi declarado Ano dos Mártires. Aí ligamos com o fato de se completarem 222 anos do martírio de São Sepé Tiaraju... O Ano dos Mártires foi aberto com a 'Romaria da Terra', em São Gabriel, no coração do latifúndio... Sepé está intimamente ligado à luta pela terra. Daí que as quatro primeiras romarias tenham sido realizadas em São Gabriel, onde o bravo cacique e os 1.500 índios tombaram. O povo canonizou Sepé Tiaraju, que é um elemento forte da cultura gaúcha (Ir. Antônio Cechin).

Com a participação de representações de todas as comunidades do interior da nossa paróquia e com a presença de representações de agricultores de todo o Estado aconteceu, em Tiaraju, a 2ª Romaria [da Terra]. Foi um momento forte de oração e penitência, de consciência dos pequenos agricultores sobre o problema da terra... Dom Ângelo Mugnol presidiu a nossa Romaria do último dia de carnaval (Paróquia de São Gabriel).

Pela presente o estamos convidando para a Romaria da Terra, que se realizará no dia 19 de fevereiro (terça-feira de carnaval), na localidade de Tiaraju, distante 12 Km da cidade de São Gabriel. O objetivo desta Romaria é celebrarmos as lutas do povo pela mãe terra e demais lutas do mesmo no sentido de desempenhar bem a sua missão junto à terra (Pe. João Schio). Note-se que a expressão Romaria da Terra só começou a ser usada na terceira Romaria.

As "reduções jesuíticas" (indígenas) são o santuário da Romarias das Terras. O ano de 1992 é o ano do 50 Centenário da América Latina. São 500 anos de opressão e luta. A América índia foi escravizada, colonizada, massacrada. Junto com a espada, chegou a cruz. São 500 anos de história, lutas, resistências, remorsos e compromissos. Este é um ano para se estimular a reflexão sobre o significado da invasão, do genocídio e da chamada evangelização (Folheto de divulgação). A última Romaria, celebrada com jovens e indígenas guaranis e kaiganges, Sem Terra, pequenos agricultores, atingidos por barragens, urbanos, mulheres, negros... estão presentes os 260 anos do martírio de Sepé Tiaraju. O grito de Sepé Tiaraju continua a ecoar!

A causa agrária: O Santuário de Rôse - 5ª, 9ª, 17ª, 25ª, 29ª, 34ª, 37ª, 40ª Romarias

A Encruzilhada Natalino (Ronda Alta) desloca o foco das Romarias da Terra para a questão agrária, a organização dos Sem Terra, a luta pela terra, pela Reforma Agrária, os Assentamentos, os frutos da organização do povo, a cooperação, a associação, a agroecologia. E, neste ano, decidiu-se fazer esta Romaria anual junto aos irmãos agricultores, acampados à beira da estrada na Encruzilhada Natalino. Se muitos já não entendem que se possa fazer uma Romaria à Terra, porque não a veem como um dom sagrado de Deus e uma fonte de vida, mas sim como um objeto de negócio, muito menos aceitarão que seja feita neste local (Folheto de divulgação).

A Fazenda Annoni, palco da grande ocupação de 29 de outubro de 1985, romeiros, junto aos acampados, debatem a questão da Reforma Agrária, constituinte, participação política e sindicalismo combativo. É um duplo santuário: estava o conflito declarado e hoje está o povo assentado, com vida nova e com dignidade. Outro foco das Romarias será um Mercosul Alternativo, para que a solidariedade seja por meio da inclusão e da integração.

No jubileu dos 25 anos de Romarias da Terra no RS, é hora do celebrar jubileu de fé na luta por uma Terra Sem Males. Ali estão as caravanas dos STRs, da CPT, das paróquias, das comunidades, da PJ, das Associações, das CEBs, do MST, do MPA, das lideranças, das cooperativas. E as Romarias seguem na valorização dos pequenos municípios e das Comunidades rurais que resgatam as sementes crioulas, vivem de forma organizada e cooperativa, unindo luta pela terra, fixação do agricultor no campo, agroecologia, inclusão dos jovens, das mulheres, dos índios e dos negros.

A Reforma Agrária, a cooperação e a agroecologia, onde a vida esteja em primeiro lugar e seja saudável e tenha futuro, sempre será uma oposição consciente ao latifúndio, ao agronegócio, ao agrotóxico e aos produtos transgênicos. Este é o traço marcante das mais recentes Romarias da Terra. E não é por nada que ela tem vida longa! Chegou aos seus 40 anos, marcada pela defesa da função social da propriedade da terra, da partilha dos bens produzidos, inspirada na criação de Deus Pai, de seu Filho que "multiplica" com a partilha e das primeiras comunidades cristãs que tinha tudo em comum (At 2,45; 4,34).

Ao entrar na 40ª Romaria da Terra, continuamos acreditam no sonho de Deus, da destinação universal dos bens, condenando todo tipo de trabalho escravo e de produção gananciosa do agronegócio. Continuamos assumindo e construindo uma Reforma Agrária Popular, com o protagonismo dos Movimentos Sociais Populares, pois a agricultura é a arte de cultivar o sol (provérbio chinês). Estamos preparando a 40ª Romaria da Terra. E eis mais uma vez: "A Reforma Agrária" e a luta pela terra continua viva e necessária.

A causa da juventude camponesa: O santuário de Elton Brum da Silva - 8ª, 31ª Romarias

O Ano Internacional da Juventude convida a voltar-se à causa da juventude camponesa, mesmo aquele que está sem terra, ou não tem perspectiva de continuar na roça. É forte acento na Pastoral da Juventude Rural. É o grito dos jovens camponeses e suas famílias. É o convite à luta, à organização, à resistência diante do agronegócio, da alienação e da manipulação da mídia. O clamor de Sepé Tiaraju ecoa nas consciências juvenis e nos grupos conscientes da realidade e da necessidade de buscar alternativas.

As pastorais da juventude garantiram presença expressiva em todas as Romarias da Terra. Seja na preparação, nas equipes de trabalho, especialmente na recepção e animação, os jovens estão presentes, com um toque de ousadia utópica. Os romeiros iam chegando e já se contagiavam com sua jovialidade e energia criativa dos jovens! Em especial, a Pastoral da Juventude Rural teve atuação importante na ação, estudo e contágio sobre outros jovens, interessando-os para as causas defendidas nas Romarias.

Aos poucos, surge a pro-

posta criativa do Acampamento da juventude, como um ato preparativo à Romaria da Terra. Os jovens, rurais e urbanos, unem-se por meio das organizações juvenis, sejam pastorais ou movimentos sociais. Já são doze Romarias em quem se realiza o Acampamento, sempre no intuito de tomar consciência da realiza que cerca a juventude, ou no sentido de buscar alternativas de vida, trabalho e futuro para todos os jovens.

A causa dos atingidos pelas barragens: O santuário de Nicinha – 6ª, 10ª Romarias

Tanto os atingidos pelas barragens, como os reassentados, em consequência das barragens, também são protagonistas das Romarias da Terra. Os grandes projetos hidroelétricos obrigaram os atingidos a deixar para trás sua história, sua terra, seu suor, seu trabalho, suas benfeitorias e sua cultura. A Romaria leva apoio à luta, mostrando os frutos da organização de um povo e denunciando as artimanhas do poder econômico. A água deve gerar vida e não morte. O ser humano muitas vezes é crucificado nas estruturas que precisam gerar energia que alimenta as grandes indústrias. Mas alternativas existem e elas precisam ser construídas por todos, em vista do todo e para todos. A Romaria da Terra sempre diz "não" à morte e "sim" à vida.

A causa quilombola: O santuário de Zumbi – 11ª e 33ª Romarias

A causa quilombola e o povo negro nunca foram esquecidos pelas Romarias da Terra. As charqueadas e as fazendas, muitas vezes, são locais de escravidão e sofrimentos dos irmãos e irmãs negros. A luta atual pelos territórios quilombolas não foge à trilha dos que lutam pela vida, pela dignidade e pela preservação dos valores e da cultura dos povos. Ouvir o clamor do povo negro e lutar pela terra e trabalho descente é o mínimo que se pode fazer. Os quilombos são expressão coletiva da luta do povo negro por terra, trabalho e inclusão, titulação imediata e sustentabilidade das terras quilombolas! Eles são força mística de luta e resistência, seja na linha do tempo da escravidão no Brasil (de Palmares), seja no hoje, a luta por direitos, terra e território. A Romaria da Terra é um ato inter-religioso e político, tendo a força da Mãe Negra Mariama, povo quilombola refletindo sobre as senzalas de hoje.

A causa urbana: O santuário do Santo Operário – 7ª Romaria

Trata-se da única Romaria da Terra no mundo urbano e voltada a apoiar a luta por solo urbano, moradia digna e trabalho. A ocupação do espaço urbano e a organização do povo é que garantem vida digna para todos. É na Vila Santo Operário (Canoas) o santuário da Romaria. Movimentou o Estado todo, mas com especial as CEBs, as pastorais sociais e os movimentos populares da grande Porto Alegre. E o apoio àquela luta no ontem, deu uma primeira vitória popular, a qual abriu um precedente jurídico para outras conquistas. E garantiu até hoje a permanência dos ocupantes que estão em processo de regularização de suas áreas e de seus terrenos. É só olhar o nome dado às ruas, que já se nota a diferença dos demais ambientes dos nomes dados pelos dominantes.

A causa da agricultura familiar: O santuário de Margarida Alves - 13ª, 14ª, 16ª, 18ª, 19ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 28ª, 35ª, 38ª Romarias

Aqui se concentra o número mais expressivo das Romarias da Terra. A luta dos fumicultores está envolvida por uma realidade cruel, imposta pelas fumageiras. Começam a se organizar e lutar por melhores preços. Despontam no cenário político e conquistam o reconhecimento da sociedade. É um novo foco das Romarias da Terra. É a pequena propriedade rural. É o olhar da Romaria da Terra para a Agricultura familiar, dos pequenos que creem que das mãos do trabalhador: vida, luta e dignidade. Ali estão os jovens, as pastorais sociais, os sindicatos de trabalhadores, o MMTR e as CEBs.

Os Romeiros da Terra acreditam que a organização constrói a libertação, e isto acontece pela cooperação e valorização das associações e cooperativas de pequenos agricultores. Isto ajuda a combater a fome e a miséria. É o grito por melhorias no setor agrícola e o necessário apoio dos poderes públicos. Assim, o povo organizado constrói um novo estado e exige seus direitos. Desafia a participar nos comitês partidários, concorrer a cargos eletivos e votar nos candidatos comprometidos com as causas populares.

A agricultura familiar resiste e oferece alternativas; exige política agrícola e agrária voltada para os pequenos agricultores, através de um novo modelo de desenvolvimento. Somente uma nova consciência e a organização é que permitem obter conquistas favoráveis aos pequenos do campo. O trabalho humano não pode ser explorado e a pessoa humana precisa realizar-se por meio dele.

A agricultura familiar é motivo de esperança, convite constante à luta, em vista do desenvolvimento integral, solidário e sustentável. Desejamos que a esperança acenda no coração de todos os romeiros uma nova mística pela justa causa da agricultura familiar (D. Jacó Hilgert). Ela possibilita cooperação, vida digna e justiça social, onde os pequenos agricultores são estimulados em sua organização e em suas lutas e a defenderem com veemência a Reforma Agrária, com uma justa distribuição da terra.

A Romaria da Terra resgata nossas sementes, nossas raízes, nossa vida. Ela alerta sobre os malefícios das sementes transgênicas e do agronegócio. É capaz de alertar para a necessidade de uma consciência de classe, mostrando a necessidade de uma agricultura familiar camponesa, pois só assim acontecerá vida com saúde. Que a saúde se difunda sobre a terra (Eclo 38,8). É preciso resistir à febre do consumismo: sacolas plásticas, vilãs do meio ambiente! A terra não pode ser transformada em simples mercadoria para produzir lucro, através da especulação ou da exploração do trabalho (CNBB, A Igreja e a questão agrária no século XXI, nº 89).

A causa ecológica: O santuário de Chico Mendes – 20ª, 26ª, 27ª, 30ª, 32ª, 36ª Romarias

A causa ecológica começa a ganhar importância diante das ameaças de catástrofes ambientais. O cuidado com a natureza sempre esteve presente na prática dos pequenos que lidam com a terra, pois o contato habitual com a natureza e o meio ambiente os leva a desenvolver uma atitude de cuidado e zelo. Quem lida diariamente com a terra sabe que é preciso tratá-la com extrema generosidade e carinho. É como uma relação filial com a própria mãe. É da identidade da CPT acompanhar os clamores, os sofrimentos, as lutas do povo, seus anseios, sofrimentos e buscar de alternativas. Por isso, ela é a voz dos sem voz e que também sabe dar autonomia quando o povo se organiza e é capaz de conduzir sua luta, na busca dos seus direitos.

Fazendo jus à luta dos ecologistas e a inspiração do Pe. João Schio, é escolhido um lugar ecológico para a Romaria da Terra. Ali, Antônio Prado e Ipê, os lugares ideais para debater alternativas para os pequenos agricultores. É a produção agroecológica, associativa e cooperativa, dentro de um contexto de globalização e exclusão. É assim que a Terra - água - alimento para a vida, se torna tema e lema para provocar a tomada de consciência e mostrar a necessidade da união e organização dos pequenos. Eis nossa inspiração bíblica: Os pequenos herdarão a terra e nela habitarão para sempre (Sl 37,29); o Senhor teu Deus vai conduzir-te a uma terra excelente, cheia de torrentes, de fontes e de águas profundas que brotam nos vales e nos montes (Dt 8,7); a terra dará o seu fruto, e vocês comerão até saciar-vos e vivereis em segurança (Lv 25,19).

Água e terra vão nuclear os debates, as denúncias e as propostas das Romarias da Terra. As expectativas e objetivos dão conta da necessidade de envolver entidades de classes, forças das Dioceses, em torno da mãe terra e irmã água, sempre em atitude e prática ecumênicas. Têm-se a consciência que preservar terra e água: garantida de vida, pois a Romaria incita à defesa do meio ambiente e de Reforma Agrária, além dos preços justos e uma melhor distribuição de renda.

Água: sangue da terra: é grito para dizer não à poluição dos rios que sufocam e matam os peixes. No ser humano, o sangue é o líquido propulsor da vida. Da mesma forma, a terra não será nada se nela não correr a água pura. Ao necessitarmos de sangue limpo e puro, a terra necessita da água pura e limpa para gerar vida, alimentos, produzindo a bela e saudável natureza criada por Deus. Por quem os sinos tocam? Tocam denunciando a mortandade de peixes, os agrotóxicos, a poluição do ar, o mundo que Deus não quer, o mundo que fizemos. Na realidade, a água é vida e devemos olhar e construir o mundo que Deus quer, assim outro mundo será possível se a gente cuidar da terra e da água.

Ao subir a serra italiana, a Romaria da Terra grita: Terra e cidadania: princípios do bem viver. Trata-se de unir-se para buscar vida plena, o bem viver, na trilha dos índios, imigrantes pioneiros, da visão bíblico-teológica da terra, da agricultura familiar sustentável, com um modelo produtivo, sem entrar no jogo dos interesses de um "revolução verde", mas construindo um modelo produtivo sustentável. Nossas propostas sempre serão: - produzir para abastecer as necessidades das pessoas; - promover o consumo consciente; - construir uma logística adequada e condizente; - informar e controlar das inovações tecnológicas; - rastrear e controlar da produção; - permanecer na roça e resgatar a autoestima; - produzir, cuidando o ambiente natural. Acreditamos que A Romaria da Terra promove a cidadania constante, permanente, solidária, ativa, transformadora" (Olívio Dutra)

Conquistas dos 40 anos de Romarias da Terra

1. Fortalecimento da luta pela Reforma Agrária e permanência na terra
2. Contribuição na organização e fortalecimento dos movimentos sociais populares do campo: MST, MPA, MAB, MMC
3. Criação de uma nova consciência eclesial – a Igreja dos pobres
4. Resgate da consciência bíblica da posse e uso da terra – o ano jubilar e o ano sabático
5. Incentivo à Agricultura Familiar, Associativa e Cooperativa
6. Construção da visão positiva da cultura camponesa ("ser colono, camponês")
7. Formação da consciência ecológica e do cuidado com a Casa Comum
8. Estímulo à produção de alimentos saudáveis e agroecológicos
9. Formação da consciência crítica e adoção de metodologias libertadoras de ação
10. Celebração da vida, da libertação e do Deus que ouve o clamor de seu Povo
11. Resgate das práticas comunitárias e das sementes crioulas
12. Fortalecimento da luta das mulheres camponesas e seu protagonismo na Igreja e na

Quadro das Romarias

1ª	07.02.78	Caiboaté - São Gabriel	400	A salvação do índio está na consciência do branco
2ª	27.02.79	Vila Tiarajú - São Gabriel	3.000	Justiça para todos - Vamos salvar a Mãe Terra
3ª	19.02.80	Vila Tiarajú - São Gabriel	5.000	Alto lá, esta terra tem dono.
4ª	03.03.81	São Miguel das Missões	12.000	Saúde para todos
5ª	3.02.82	Povo unido jamais será vencido	33.000	Encruzilhada Natalino - Sarandi
6ª	15.02.83	Carlos Gomes	40.000	Água para a vida, não para a morte
7ª	06.03.84	Vila Santo Operário - Canoas	50.000	Terra e trabalho para que todos tenham vida
8ª	19.02.85	Tenente Portela	70.000	Os jovens e os Sem Terra em busca de pão e vida
9ª	11.02.86	Fazenda Nonoai - Sarandi	60.000	Terra de Deus, Terra de Irmãos.
10ª	03.03.87	Itaiba - Ibirubá	35.000	Terra repartida, vida garantida
11ª	16.02.88	Cascatinha - Pelotas	20.000	Ouvi o clamor deste povo
12ª	07.02.89	Caaró - Caiboaté	60.000	Comunicar a verdade para libertar
13ª	27.02.90	Erveiras - Santa Cruz do Sul	40.000	Povo que luta defende a vida
14ª	12.02.91	Ibiraiaras	35.000	Das mãos do trabalhador, vida, luta e dignidade
15ª	3.03.92	Hulha Negra	25.000	Terra cultivada, caminho para a vida
16ª	23.02.93	Constantina	35.000	Organizando produção, semeamos libertação
17ª	15.02.94	Santo Antônio das Missões	20.000	Na solidariedade fazemos nossa a integração
18ª	28.02.95	Getúlio Vargas	38.000	Terra e organização, menos fome na população
19ª	20.02.96	Santa Rosa	31.000	Povo organizado constrói um novo Estado
20ª	11.02.97	São Roque - Antônio Prado	28.000	Vida na terra, terra da vida
21ª	24.02.98	Ivorá	25.000	Agricultura Familiar - resistência e alternativa para o Brasil
22ª	16.02.99	Assentamento CERES - Jóia	28.000	Agricultura Familiar: trabalho, organização e conquista
23ª	07.03.	Casca	30.000	Agricultura Familiar: esperança, luta e desenvolvimento
24ª	27.02.01	Jaboticaba	31.000	Agricultura Familiar: cooperação, vida e justiça social
25ª	12.02.02	Bom Conselho - Sananduva	31.000	Jubileu de Fé na luta por uma terra sem males
26ª	04.03.03	Faxinal - Canguçu	20.000	Terra - Água - Alimento para a vida
27ª	24.02.04	Entre Rios do Sul	25.000	Água viva - Vida na terra
28ª	08.02.05	Linha Sítio - Cruzeiro do Sul	20.000	Nossas sementes, nossas raízes, nossa vida
29ª	28.02.06	Lagoa Bonita do Sul	15.000	A função social da propriedade
30ª	20.02.07	Pinheiro Bonito - São Francisco de Assis	15.000	Preservar terra e água: garantia de vida
31ª	05.02.08	Três Passos	15.000	Juventude - luta e resistência em defesa da Vida
32ª	24.02.09	Sapucaia do Sul	15.000	Água - Sangue da Terra
33ª	16.02.10	Santa Maria	12.500	Quilombos: terra, trabalho e inclusão
34ª	08.03.11	Assentamento Roça Nova – Candiota	12.000	Do clamor da terra a esperança vida
35ª	21.02.12	Santo Cristo	15.000	Agricultura Familiar Camponesa - vida com saúde
36ª	12.02.13	Bento Gonçalves	12.000	Terra, Vida e Cidadania -
37ª	04.03.14	Assentamento Lagoa do Junco - Tapes	9.000	Reforma Agrária, Cooperação e Agroecologia – Cultivar vida saudável
38ª	17.02.2015	David Canabarro	8.000	Sucessão Rural Familiar, políticas públicas e sustentabilidade social -
39ª	09.02.2016	São Gabriel	12.000	Cuidar da Terra, Casa Comum
40	28.02.2017	Pontão		Terra de Deus, Terra de Irmãos

O papel da reforma agrária popular no brasil

(DIREÇÃO ESTADUAL DO MST – RS)

Após a sua fundação, em1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) concentra a luta pela terra na defesa de um modelo clássico de Reforma Agrária no País. Neste projeto de Reforma Agrária o Movimento exigia mudanças estruturais em relação à concentração fundiária e mudanças sociais para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, centrado na inclusão do camponês assentado no mercado e no sistema capitalista de produção.

Assim, após a conquista da terra, pelos trabalhadores Sem Terra, o território dos assentamentos se transforma em espaço de democratização da terra, efetivando o caminho inverso do êxodo rural e o combate ao latifúndio, bem como local de vivência social e produção agrícola para a subsistência das famílias camponesas e o fortalecimento do mercado interno nacional. Visando o fornecimento de matéria-prima para a indústria e a consequente industrialização dos centros urbanos.

Porém, a partir do final da década de 1990, verifica-se o avanço do capital na agricultura brasileira e o fortalecendo do modelo do agronegócio, com a produção de commodities para a exportação e a concentração de grandes extensões de terra, aumento no uso de agrotóxicos e desrespeito aos direitos trabalhistas, gerando o crescimento de doenças como o câncer pelos agricultores e o aumento do trabalho escravo no campo.

Neste cenário de abandono e sucateamento da agricultura familiar e camponesa, e diminuição no número de famílias assentadas, pelo Estado brasileiro, aliado à tese de que o projeto de Reforma Agrária não seria mais viável no modelo capitalista brasileiro, o segundo Programa Agrário do MST, em 2007 passa a defender a necessidade de implantação de um projeto de Reforma Agrária Popular no Brasil.

A Reforma Agrária Popular norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio. E propõe como alternativa um modelo de produção baseado em uma matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo e o desenvolvimento do País.

O futuro da Reforma Agrária no Brasil, na visão do MST, representa um projeto popular de desenvolvimento para o campo e a sociedade brasileira de modo geral, na medida em que demonstra o papel crucial dos assentamentos na produção de alimentos saudáveis, em larga escala e a preços justos, para alimentar a população brasileira e assegurar a autonomia da agricultura familiar e camponesa.

Não se trata do abandono das ocupações de latifúndios e da luta pela terra, que segue como necessidade primordial para a democratização fundiária no Brasil. Mas, também se torna fundamental a continuidade na luta por políticas públicas e créditos agrícolas para a agroindustrialização do campo, com o processamento dos alimentos e a criação de espaços justos e solidários de comercialização, como as feiras e locais de vendas direto ao cidadão, para a melhoria das condições de vida dos camponeses e a garantir da soberania alimentar do País.

A lei da usurpação da terra que impedem uma reforma agrária justa

JACQUES TÁVORA ALFONSIN

As causas socioeconômicas e políticas de não realização da reforma agrária no Brasil têm merecido estudos críticos de muitas/os brasileiras/os, identificadas/os com a necessidade inadiável desse tipo de intervenção pública no território do país. Historiadores como Raymundo Faoro, autor de "Os donos do poder", agraristas como Plinio de Arruda Sampaio, juristas como Dalmo Dallari e Carlos Frederico Marés (o autor de "A função social da terra"), geógrafas/os e professoras/es como Bernardo Mançano Fernandes, agrônomos como Enio Guterres (que escreveu "Agroecologia Militante"), lideranças históricas de agricultoras/es sem-terra como João Pedro Stedile, entidades defensoras do direito de acesso à terra como a ABRA, movimentos populares como o MST, o MAB, o MPA e o MMC, pastorais como a CPT, autoridades das Igrejas como Dom Tomas Balduino e Pedro Casaldaliga, centrais sindicais como a CONTAG, assessorias jurídicas populares, como a Rede nacional de advogados e advogadas populares (Renaap), entre muitos outros coletivos dedicados a defesa da terra, da natureza, do meio-ambiente, do povo pobre quilombola e índio, como o CIMI, dão testemunho em estudos e ações, da necessidade, da urgência, da conveniência e da oportunidade de se efetivar essa reforma.

As poderosas forças contrárias a todo esse apoio humano de alcançar um chão de convivência fraterna, um lugar onde se garanta para toda a população sem terra o bem estar social e individual, têm oferecido resistência capaz de prorrogar essa conquista indefinidamente. Se o INCRA já enfrentava grandes dificuldades para ajuizar desapropriações de terra, com base na lei 4504 de 1964 (Estatuto da Terra), isso não melhorou com a Constituição Federal de 1988, cuja redação original sobre reforma agrária (artigos 184 a 191) sofreu um verdadeiro golpe, patrocinado, pelo chamado "centrão", instalado no Congresso Nacional da época, disposto a impedi-la.

José Gomes da Silva, um conhecido engenheiro agrônomo, historicamente identificado com a causa da reforma agrária, fez prova disso num dos seus escritos sobre a matéria ("O buraco negro. A reforma agrária na constituinte de 1987//88", São Paulo: Paz e terra, 1989, p. 84 e seguintes). Com farta documentação reunida durante a assembleia constituinte de 1988, atestando repetidas artimanhas utilizadas pelo poder latifundiário para barrar qualquer tentativa de ameaçar os seus privilégios, José Gomes conta como deputados favoráveis a redação original do que deveria ser a reforma agrária, no capítulo a ela reservado no projeto de Constituição, quase foram impedidos a força de comparecerem à sessão que o votaria. Um deles, Benedicto Monteiro, suspeita-se até de ter sido retido coativamente para chegar atrasado no ato, assim assegurada a redação que a Constituição tem atualmente, um mero arremedo do que o Estatuto da Terra já consagrara.

Não considerando suficiente todo o poder desse golpe desferido legalmente contra o direito de acesso à terra, o Congresso Nacional votou a lei 8629 de 1993, inserindo, entre muitas terras excluídas da possibilidade de serem desapropriadas para fins de reforma agrária, um parágrafo 6º ao seu artigo 2º, com a seguinte redação, introduzida pela Medida Provisória 2183 de 2001: "O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações."

Quem acompanha a tramitação de processos judiciais de desapropriação, mesmo com a lerdeza acentuada pela chicana e pelos muitos recursos que a lei processual faculta aos proprietários de terras rurais, sabe quantas dessas desapropriações conseguiram chegar a juízo justamente por terem sido antecedidas de ocupações de multidões de sem-terra que provaram serem elas exploradas sem função social.

Quem pensa, então, a lei constituir-se pura expressão da vontade do povo "soberano", representado nos Poderes Públicos do Estado, deveria abandonar qualquer ingenuidade sobre como os poderes econômicos ocultos moldam a sua letra e garantem o seu "espírito". Tudo de acordo com um modelo de interpretação jurídica preso a pura técnica, alheia o suficiente da realidade dura do povo pobre sem terra. Assim não se permite qualquer mudança na distribuição e partilha de um bem como esse, cuja função social, por ele ser indispensável a própria vida de todas as pessoas e não só das suas proprietárias, nem precisaria ser expressa em lei.

O que aconteceu em 1988, na discussão e votação do capítulo da Constituição Federal reservado a reforma agrária, está acontecendo agora com força bem superior e efeitos mais perversos ainda. Um estudo do professor Guilherme Costa Delgado, publicado recentemente no Correio da cidadania, disponível na internet, tem por título "Mercado de Terras Brasileiro: 'Sem Fronteiras' e com Muita Grilagem é Oferecido ao Capital Estrangeiro pelos Ruralistas." Ele examina dados recentes do Cadastro Rural do Incra demonstrativos de um verdadeiro caos ali presente, originado - e isso é bom sublinhar-se aqui - nas informações prestadas àquela autarquia pelos próprios titulares de propriedade e posse de imóveis rurais do Brasil.

Entre final de 2003 e final de 2014, de acordo com o tal cadastro, mostra esse professor que "novos potenciais detentores de propriedades privadas sobre o território nacional – vai de 418,48 milhões de hectares em 2003 para 740,40 milhões em 2014. Isto corresponde a um incremento físico de 76,9 % em onze anos ou um acréscimo de pouco mais de 320 milhões de hectares de terras, que estavam fora do mercado e que nele ingressam por obra mágica da auto declaração de pretensos proprietários ao Cadastro de Imóveis."

Guilherme convida então suas/seus leitoras/es a observar o seguinte:

"740,0 milhões de hectares de imóveis rurais corresponde a 87% do território nacional total (851,4) milhões de hectares. Mas o IBGE define no seu Censo Agropecuário de 2006 uma marcação territorial, que absolutamente não se compraz com esse dado autodeclaratório. As Reservas Indígenas demarcadas e amparadas pelo Art. 231 da Constituição Federal são de 14,74% (125,54 milhões de hectares); Os Parques e Reservas Naturais, amparados pelo Art. 226 da Constituição Federal são de 8,47% (72,1 milhões de ha) e as terras públicas com 'Outras Titularidades" '"Zonas de fronteira", 'Terrenos de marinha" 'Terra Devoluta' etc (Art. 20 da Constituição Federal) correspondem, segundo o levantamento do IBGE a 36,2% do território. Somando a terra pública amparada pelos regimes fundiários constitucionais citados, temos 59,45% do território nacional, que, portanto, está fora do mercado de terras, segundo o conceito constitucional de domínio público. Mas se somarmos as terras públicas, medidas pelo IBGE com as terras autodeclaradas ao INCRA como 'imóveis rurais', teríamos o absurdo de um território 46% maior que o território nacional. A explicação para esse absurdo lógico formal, o leitor já pode suspeitar – gigantesca grilagem, seguida de sucessivas operações de 'legalização'.

A um absurdo como esse, devem ser somados três outros, além dessa "gigantesca grilagem", também denunciados no mesmo estudo: a lei 13.178 de outubro de 2015, que prorroga por 10 anos as concessões de terras públicas de fronteira, desrespeitando o destino preferencial das mesmas para a reforma agrária, conforme determina o artigo 188 da Constituição Federal; o sucateamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo Poder Executivo da União, transferindo toda a sua competência para a Casa Civil da República; o projeto de lei 4059/2012, com tramitação retomada em 2015, o qual, pretendendo regulamentar o artigo 190 da Constituição Federal, facilita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros, ampliando desmesuradamente a fragilidade da pouca "soberania" que nos resta sobre a nossa própria terra.

Com toda a aparência de legalidade, portanto, está aumentando no Brasil uma usurpação pirata de terras indispensáveis a quem tem direito de acesso a ela, por uma reforma agrária cujo poder de realização tende a ficar ainda mais enfraquecido com todas essas iniciativas de rapina.

Durante a 40ª romaria da terra, a ser realizada na Fazenda Annoni em 28 de fevereiro de 2017, abre-se a oportunidade de, como vem acontecendo desde 1986, os cânticos e as orações do povo cristão gaúcho ao Deus da vida vão manifestar-lhe a perseverante convicção de que o Seu povo não aceita um destino como esse, que os novos faraós pretendem dar a nossa terra, condenada a ser explorada como reles mercadoria. A terra não pode ser lugar de um povo escravo, impedido de ser tratada como mãe, generosa em semente fecunda, plantada sem veneno, limpa em suas águas, ar e florestas, garantindo abrigo e alimento saudáveis para todas as suas filhas e filhos, na ventura de verem cumprida a promessa do Senhor: "Eu Vim para que todas/os tenham vida e vida em abundância".

Terra de Deus, terra do povo

FREI BRUNO GLAAB . OFMCP

Introdução: a terra é um dom de Deus, portanto, deve servir a todos: aos homens e mulheres, bem como para todas as outras formas de vida. Infelizmente a ganância fez com que o dom de Deus virasse mercadoria de especulação. Assim a terra foi agredida, arrancada das mãos do povo e se tornou fonte de lucro para pequena parte da humanidade. Com isto, a grande maioria do povo perdeu seu sagrado direito de cultivar, de se sustentar e de morar dignamente. Não apenas os humanos sofrem esta apropriação indevida do dom de Deus. Toda natureza corre riscos devido à ganância que vê tudo unicamente em função do lucro.

A terra no Antigo Testamento: Deus criou a terra (Gn 1,1; 2,4b) e a deu ao ser humano e a todas as outras formas de vida (Gn 1,29). O ser humano devia cultivar e cuidar da vida (Gn 2,15). Na terra, o ser humano vivia em harmonia a tal ponto que se identifica com a terra; Adam é o humano feito de argila (Gn 2,7). Esta harmonia se expressa muito claramente em Gn 2: o ser humano vem da terra, mora num jardim, dá nome aos animais (Gn 2,20ss), e tem por companheira a mulher feita da costela (Gn 2,21ss). Costela quer dizer que o homem e a mulher devem estar lado a lado. "Por isto o homem deixa seu pai e sua mãe, e se une à sua mulher, e eles dois se tornam uma só carne" (Gn 2,24).

Mas o pecado (Gn 3,1ss) quebrou esta harmonia com a terra, com os animais e familiar. O ser humano é expulso da terra (Gn 3,23s). A partir de então, a terra é propriedade de alguns privilegiados e o povo se vê expatriado, passando por toda sorte de sofrimentos longe da terra.

Logo começam as lutas de conquista da terra: Abraão (1800 ou 1400 a.C.) ouve de Deus a promessa de receber uma terra (Gn 12,1-7). Começa assim uma longa caminhada pela terra. Mais tarde, os descendentes de Abraão veem as terras se concentrando nas mãos dos poderosos e o povo sendo extorquido (Gn 47,13-33). Isto acaba em escravidão (Ex 1-2). Novamente Deus entra em cena para libertar o povo da escravidão e lhe dar terra (Ex 3,7ss). Moisés, sob as ordens de Deus, lidera um longo processo de libertação dos escravos, o que culmina em 1250 a.C. na fuga do Egito, passando pelo Mar Vermelho (Ex 14). Uma vez livre, o povo faz aliança com Deus (Ex 19-24) e, depois de 40 anos no deserto (Ex 16-40) conquista a Terra Prometida (Js 1ss), formando Doze Tribos (Js 13ss). O povo de Israel viveu entre 1210 até 1030 a.C. no sistema tribal. Neste modelo as terras não eram propriedade privada. Tudo era da tribo: terras, animais, colheitas, etc. Ninguém passava fome, tudo era de todos.

Mas o sistema tribal entrou em crise. Por volta de 1030 a.C. as classes dominantes instalaram a monarquia em Israel (Jz 9; 1Sm 8,1ss; 1Sm 9 e 11). A monarquia logo pôs em prática um modelo de exploração do povo (1Sm 8,10-20), apropriando-se das melhores terras, dos melhores pomares, dos melhores animais e inclusive levando os filhos como escravos. O povo empobrecia e os reis viviam na mamata (1Rs 10,14ss; 1Rs 11,1-8). Desta forma, o povo vira escravo em sua própria terra.

A religião da aliança (Ex 19-24) agora não pode abrir a boca, pois o rei Salomão (971-931 a.C.) construiu o grande templo de Jerusalém (1Rs 6) e transformou os sacerdotes em funcionários públicos. Logo, ele era dono das terras e também da religião. Além disto, Salomão promoveu a idolatria (1Rs 11,1ss) para apagar a memória de Javé, Deus de Israel; Surgem então leigos e leigas com uma profunda experiência de Deus e do Êxodo que lutam contra a prepotência dos ricos. Trata-se dos profetas: Elias acusa o rei Acab de matar e roubar a terra (1Rs 21), Amós denuncia a injustiça dos poderosos (Am 2,6ss), Isaías denuncia os que acumulam casa sobre casa e campo sobre campo (Is 5,8ss), Miqueias grita contra os usurpadores de terras (Mq 2,1ss). Sempre houve um sonho de a terra voltar às mãos do povo, quando Isaías fala do lobo e cordeiro pastarão na mesma relva (Is Is 11,6 e 65,25). Mas esta luta está longe de ser resolvida.

A terra no Novo Testamento: Jesus se posiciona ao lado dos pequenos e despossuídos. Ele nasceu na manjedoura (Lc 2,7), viveu entre os últimos (pescadores (Mt 4,18ss), pecadores (Lc 15,1-2) e morreu entre os malfeitores Lc 23,33ss). Quando vai à casa dos ricos, provoca mudanças (Lc 7,36ss; Lc 19,2ss). Mas o mais importante é sua postura em não acumular pão, nem poder e nem manipular a religião (Lc 4,1-13). Ele vai a Nazaré e dá o seu programa, quando lê o texto de Is 61,1ss na sinagoga: "O Espírito de Deus está sobre mim para anunciar a Boa Notícia aos pobres, libertação aos presos... proclamar um ano da graça da graça do Senhor" (Lc 4,14-19). Com este texto Jesus mostra que sua prática é boa notícia aos pobres (At 2,42ss; At 4,32ss), é libertação aos que, devido à fome foram encarcerados ou escravizados, e anunciar um ano da graça, isto é, o perdão das dívidas quando as terras eram devolvidas (Ex 23,10s; Lv 25.1ss). Na versão lucana das Bem-aventuranças (Lc 6,17ss) Jesus se refere aos pobres como felizes, e depois exorta os ricos: "mas ai de vós ricos". Ou seja, Jesus quer que ninguém se apodere de tudo o que é dom de Deus em benefício de todos.

Em At 2,42ss e 4,32ss encontramos pistas concretas de que ninguém se apoderava das coisas, mas tudo era em benefício de todos. Os que possuíam terras as vendiam e colocavam tudo em comum, de sorte que entre eles não havia necessitados. Em At 6 encontramos uma preocupação das primeiras comunidade em cuidar das viúvas e dos órfãos, pois estas eram as classes mais abandonadas. Tudo culmina no Ap 22,1-5. Trata-se de novo jardim, como em Gn 2,4bss. Uma praça, um rio, árvores que dão frutos e cujas folhas curam todos os males. "Nunca mais haverá maldições" (Ap. 22,3).

Conclusão: Deus deu a terra e quer que ela seja um santuário para a vida. A terra deve estar nas mãos de todos, mas principalmente nas mãos de quem trabalha com a terra. A terra merece respeito, carinho e cultivo digno, pois ela é nosso habitat, nosso sustento e nossa mãe. Quem é fiel a Deus, deve lutar para que a terra seja de todos e não mercadoria de lucro.

ORAÇÃO da 40ª ROMARIA DA TERRA

Deus Pai, / criador de todos os bens da natureza, / da Mãe Terra; / cremos que a terra é lugar e fonte de vida; / cremos na terra da libertação, / da fartura e da abundância, / da partilha, da igualdade e da justiça. / Estamos vivendo a 40ª Romaria da Terra. / Com alegria, te rendemos graças / porque criastes a terra, como mãe, / lugar de morar e viver, / plantar, colher, amar...

Ó Pai, queremos elevar até vós / o clamor de tantos Sem Terra, / indígenas e quilombolas, / jovens e mulheres, / agricultores e ecologistas... / que gritam por dignidade, / justiça e direitos.

Ó Deus da vida, / nestes quarenta anos de Romarias da Terra, / no Rio Grande do Sul, / tivemos muitas conquistas / em favor da vida e dos direitos do Povo. / Queremos Te agradecer / por tantos irmãos e irmãs / que resistiram na luta pela terra e na terra, / fazendo da terra lugar de trabalho e resistência.

Ó Deus da vida e Senhor da história, / o sonho de Teu Povo / é que a terra seja partilhada / e repartida entre todos. / Estamos renovando, hoje, / nosso propósito de continuar lutando / por uma "terra sem males" / e por um mundo mais justo e fraterno.

Senhor, que a 40ª Romaria da Terra / nos conscientize a cuidar da terra e da água, / como bens preciosos; que os Santos Mártires da Terra, / especialmente Sepé Tiaraju e Rose, / intercedam por nós / e nos ajudem a alimentar nossa utopia / e nossa sonho da Reforma Agrária.

Ó Deus da vida e Senhor do universo, / continuamos acreditando e lutando / pela "Terra de Deus como terra de irmãos"!

Amém! Axé! Awere! Aleluia!

Juventude e reforma agrária

JAQUELINE BERTOLDO - PJ DE SANTA MARIA

Em tempos em que a democracia brasileira vive seu golpe mais forte desde 1964, falar de reforma agrária não é tarefa fácil. Na verdade, nunca foi. Questionar a grande propriedade improdutiva, o latifúndio, a exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, as grandes monoculturas em um país historicamente vendido às oligarquias nunca será fácil.

Para entendermos melhor como esse sistema todo funciona, é interessante voltar no tempo. Nossa sociedade, desde a famosa Revolução Francesa, com todos seus méritos e deméritos, santificou um direito, que, talvez naquela época, fosse de fato muito importante: a propriedade. O direito do cidadão – sim, o cidadão homem - ter e proteger a sua propriedade.

Infelizmente, a base do nosso sistema continua a mesma: patrimonialista. Preceitos esses que pautam não só a maneira como nos relacionamos com as coisas, mas também com as pessoas. Dizer que o MST "invadiu" e não "ocupou" uma terra é reflexo disso. Tratar o outro ou a outra como um objeto e não como sujeito também é reflexo disso. Por isso, pensar em relativizar a propriedade alheia, mesmo improdutiva, com trabalho escravo, do latifúndio, é quase uma heresia, ato condenável aos criminosos.

Com o tempo, percebeu-se que já não era mais possível sacralizar a tal ponto a propriedade e desde 1988 a Constituição Federal prevê que a terra que não cumpre com sua função social deve ser desapropriada para fins de reforma agrária. Ora, que fique claro: reforma agrária não é um favor, beneficência ou caridade. Reforma agrária é direito e não só isso, é dever.

Direito dos e das jovens rurais a ter um pedaço de terra onde plantar, não só sementes, mas os sonhos e esperanças de uma vida melhor. Direito dos e das jovens da cidade a terem acesso a alimentos livres de tantos agrotóxicos. E o mais importante, reforma agrária é um dever! É um dever do Estado, previsto na Constituição, de desapropriar e distribuir essa terra.

Hoje vivemos um golpe, uma não-democracia. Talvez agora as mudanças legislativas e a vontade política necessárias pra concretizar a reforma agrária sejam difíceis e até impossíveis.

Mas o presente não é só hoje, é o futuro a ser construído. Mudar essas relações patrimonialistas cabe também a nós, no dia a dia, em qualquer espaço. Significa mudar como nos relacionamos com os outros seres humanos, com a natureza e com as coisas. E principalmente, é estar organizado, dentro dos grupos, dos movimentos, na escola, comunidade ou faculdade. Por mais difícil que seja, são nas rodas de proza e nas lutas que o pensamento muda, as relações se fortalecem, a esperança brota e a transformação acontece.

Programação da 40ª Romaria da Terra

Dias 26 e 27 - Acampamento da Juventude da Romaria da Terra
Dia 28 – Romaria da Terra
7h Acolhida
9h Início da caminhada - celebração
12h ALMOÇO PARTILHADO
15h30min Mística de Envio das Romeiras e dos Romeiro

Não esqueçam de levar!

Para o sol: chapéu, boné e protetor solar
Para a chuva: capa e/ou guarda chuva
ALIMENTOS PARA o ALMOÇO e PARTILHA.

LOCAL

Assentamento Nossa Senhora Aparecida, Área 9 – Fazenda Anonni – RS 324, Km 174 – Pontão – RS

ATENÇÃO Romeiras e Romeiros
Reúnam seus grupos, amigos e amigas e a comunidade para estudar o tema da Romaria e organizar as caravanas.
No local haverá material da Romaria da Terra e camisetas.
Está sendo organizada uma grande Feira da Reforma Agrária.
Procure informações nas paróquias, sindicatos, pastorais, movimentos e participem!